

BNCC no cotidiano escolar: *política educacional e a percepção docente do município de Marialva/PR*

BNCC in the school daily life:
educational policy and teacher's perception in the city of Marialva/PR

BNCC en la rutina escolar:
política educativa y la percepción docente del departamento de Marialva/PR

 **CAROLINA DE MOURA VASCONCELOS***

Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, Brasil.

 **TELMA ADRIANA PACIFICO MARTINELI****

Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, Brasil.

RESUMO: O estudo analisa as relações entre a política educacional curricular da Base Nacional Comum Curricular – BNCC e as percepções de professores/as de Educação Física do município de Marialva/PR. A análise ocorreu por meio de pesquisa de campo com 12 professores/as e a coordenadora de Educação Física do município, para a qual utilizamos entrevista semiestruturada, formação e questionário. O método de análise foi o materialismo histórico, buscando apreender a percepção docente das políticas educacionais local e a nacional e suas implicações no contexto educacional. Os/As professores/as expressaram uma aproximação de suas ações com a BNCC, mas o momento formativo desta pesquisa provocou um distanciamento entre o documento e a esfera de atuação política e docente nas escolas do município, tanto na organização dos conteúdos quanto no ensino. Conclui-se que é uma relação conflituosa, pois as determinações da

* Doutoranda em Psicologia no Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Políticas e Práticas Pedagógicas da Cultura Corporal. *E-mail:* <carolvasconcelos.uem@gmail.com>.

** Doutora em Educação. Professora do Departamento de Educação Física e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Políticas e Práticas Pedagógicas da Cultura Corporal. *E-mail:* <tapmartineli@uem.br>.

BNCC não expressam a realidade do município, reflexo de um processo de elaboração antidemocrático.

Palavras-chave: BNCC. Políticas práticas cotidianas. Educação Física. Currículo.

ABSTRACT: This study analyzes the relationships between the curriculum educational policy of the Brazilian National Common Core Curriculum – BNCC and the perceptions of physical education teachers in the municipality of Marialva/PR. The analysis involved field research with 12 teachers and the physical education coordinator of the municipality, for which we used a semi-structured interview, training and a questionnaire. The method of analysis was historical materialism, aiming to understand the teachers' perception of local and national educational policies and their implications in the educational context. The teachers expressed an approximation of their actions with BNCC, but the formative moment of this research caused a distance between BNCC and the political and teaching sphere in municipal schools, both in the organization of contents and in the teaching practice. It is concluded that this is a conflicting relationship as the determinations of BNCC do not express the reality of the municipality, which reflects an anti-democratic elaboration process.

Keywords: BNCC. Regular practical policies. Physical education. Curriculum.

RESUMEN: El estudio analiza las relaciones entre la política educativa curricular de la Base Nacional Común Curricular – BNCC y las percepciones de profesores/as de Educación Física del departamento de Marialva/PR. El análisis se realizó a través de una investigación de campo con 12 docentes y el coordinador de Educación Física del departamento, para lo cual se utilizó una entrevista semiestructurada, un entrenamiento y un cuestionario. El método de análisis fue el materialismo histórico, buscando aprehender la percepción docente de las políticas educativas locales y nacionales y sus implicaciones en el contexto educativo. Los/as docentes afirmaron actuar acorde a la BNCC, pero el momento formativo de esta investigación provocó un distanciamiento entre el documento y el ámbito de actuación política y docente en las escuelas del departamento, tanto en la organización de los contenidos como en la enseñanza. Se concluye que se trata de

una relación conflictiva, ya que las determinaciones de la BNCC no expresan la realidad del departamento, reflejo de un proceso de elaboración antidemocrático.

Palabras-clave: BNCC. Prácticas políticas cotidianas. Educación Física. Currículo.

Introdução

O componente curricular Educação Física, apesar de sua obrigatoriedade na Lei de Diretrizes e Bases – LDB de 1996 e das muitas discussões sobre a sistematização de seus conhecimentos (SOARES *et al.* 1992; FREIRE, 1994; HILDEBRANDT, 1986; KUNZ, 1994), ainda carece de consistência na estruturação de seus conteúdos. A fragilidade gerou e ainda gera diversos problemas e equívocos quanto ao valor pedagógico da disciplina no ambiente escolar. Em muitos contextos escolares, a Educação Física é considerada uma disciplina de segunda classe e apresenta problemas relacionados à ação docente, como o abandono pedagógico, a repetição de conteúdo ao longo dos ciclos escolares, o predomínio do esporte como conteúdo curricular, entre outros. Todavia, isso não significa um padrão, pois há redes de ensino compostas por docentes críticos/as que se preocupam com o processo de ensino e aprendizagem dos conhecimentos historicamente produzidos a respeito das manifestações da cultura corporal, de igual importância quando comparados aos demais conhecimentos escolares.

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC é um documento que regulamenta e define as aprendizagens essenciais a serem trabalhadas nas escolas brasileiras, bem como estabelece os objetos de conhecimento das disciplinas escolares ao longo dos ciclos da educação básica e, conseqüentemente, para a Educação Física (BRASIL, 2017). O documento orienta as organizações curriculares do Distrito Federal, dos estados e municípios do país, com vistas à superação da fragmentação das políticas educacionais e à melhoria da qualidade da educação. Embora a política curricular busque orientar as redes de ensino, não é possível garantir que ela se efetive automaticamente, já que nas atividades cotidianas, cabe à equipe pedagógica, especialmente ao/à professor/a, efetivá-las. Nessa perspectiva, os/as professores/as têm percepções e compreensões próprias sobre os documentos educacionais, como a BNCC, que devem ser consideradas e analisadas.

As reflexões nos levaram ao conceito de *politicopráticas cotidianas*, elaborado por Inês de Oliveira (2013). Ao tratar esse conceito, a autora discute a influência mútua entre as políticas expressas em textos oficiais e as práticas pedagógicas e curriculares das escolas. Assim, identificamos a necessidade de analisar as relações estabelecidas entre a política educacional curricular, expressa na BNCC, e as percepções dos/das professores/as de Educação Física do município de Marialva/PR.

A necessidade foi decorrente de estudos anteriores, de cunho essencialmente documental e bibliográfico, focados no exame e na análise das políticas educacionais para a área da Educação Física, em particular da BNCC, no contexto de elaboração de suas versões, aprovação e publicação como documento normativo nacional. O momento de realização dessa pesquisa centrou-se na etapa inicial da implementação da BNCC em todo o território brasileiro. A conjuntura apresentou-se como uma possibilidade concreta de análise das estratégias e mecanismos adotados, sobretudo da readequação dos currículos nos municípios. A participação de gestores/as e professores/as da área da Educação Física nos novos estudos e pesquisas em curso no grupo assumiu um caráter primordial para avanços na compreensão desse processo, bem como de suas implicações no cotidiano escolar.

Esta produção é resultado dessas novas pesquisas, em particular, de um mestrado que tratou das possíveis influências e controvérsias político-ideológicas, curriculares e pedagógicas da política educacional para a educação nacional e municipal. A partir dessa problemática, nosso objetivo foi estabelecer relações entre a política curricular para a Educação Física, expressa na Base Nacional Comum Curricular, e a política adotada nas Diretrizes Curriculares para o ensino da Educação Física do município de Marialva/PR, a partir de análise documental e das percepções de professores/as sobre o tema.

Para tanto, investigamos a realidade por meio de pesquisa de campo¹, composta por: aplicação de entrevistas semiestruturadas à coordenadora pedagógica da área da Educação Física e 12 professores/as² de Educação Física da rede pública de ensino fundamental – anos iniciais do município de Marialva e seus distritos; e grupo de estudos sobre a BNCC, com o tema *Política Educacional Brasileira e a Base Nacional Comum Curricular: repercussões na política municipal*, avaliado por meio de um questionário e descrições em diário de campo.

A partir da coleta de dados supracitados e fundamentados nos pressupostos do Materialismo Histórico (PAULO NETTO, 2011), buscamos captar o movimento do real e analisar o objeto para além das aparências, na essência, em sua estrutura e dinâmica, a fim de nos inteirarmos das opiniões e concepções dos/das professores/as³ acerca das normatizações da BNCC e sua implementação no município de Marialva. Nessa perspectiva, tentamos compreender o objeto investigado “em seus pormenores, [...] analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão que há entre elas” (MARX, 1984, p. 16), ou seja, de extrair do objeto as múltiplas determinações das totalidades constitutivas da sociedade, que é sempre mediada, e as possíveis contradições desse movimento.

Assim, a síntese deste estudo é apresentada em quatro tópicos: i) Políticas Curriculares: BNCC e Diretriz Curricular para o ensino da Educação Física do Município de Marialva/PR; ii) Aproximações e conhecimentos da BNCC do ponto de vista da coordenação e professores/as de Educação Física; iii) Percepções da coordenação e dos/das professores/as de Educação Física sobre a BNCC e seu processo de implementação; iv) Contrapontos entre a política curricular nacional e municipal: implicações para a prática docente.

Políticas Curriculares: BNCC e Diretriz Curricular para o ensino da Educação Física do Município de Marialva/PR

Ao analisar as políticas curriculares, fundamentamos nossas discussões a partir da teorização de Stephen Ball (1987), que define a micropolítica como um termo aberto e inclusivo, no qual se relacionam três esferas essenciais, a saber: os interesses dos/das atores/atrizes, o controle da organização e os conflitos envolvidos nessa política. Ao partirmos desta definição, buscamos debater as concepções e posicionamentos quanto à política nacional e municipal. Para tanto, explicitamos os embates, representados no pensamento da coordenação pedagógica da área de Educação Física e os/as professores/as, no processo de reestruturação curricular no município de Marialva, em face das determinações da BNCC. Foi necessário apreender os elementos da macropolítica, expressos na BNCC, e as especificidades do município, a partir de sua proposta educacional, para analisar a percepção dos/das professores/as e as contradições existentes nesse processo.

Base Nacional Comum Curricular para a Educação Física: micropolítica

A BNCC é o principal e mais atual documento da política curricular brasileira para a educação. A sua elaboração foi uma demanda da Constituição de 1988 e da LDB de 1996, tendo passado por três versões, com a publicação final em 2017, no governo de Michel Temer. É um documento de 600 páginas, subdividido em cinco capítulos: i) Introdução, ii) Estrutura da BNCC; iii) Etapa da Educação Infantil, iv) Etapa do Ensino Fundamental e v) Etapa do Ensino Médio.

O seu processo de elaboração, na avaliação de Maria Raquel Caetano, Luciani Comerlato (2018) e Peroni *et al* (2018), não se deu por meio de uma gestão pública democrática. Com forte participação de empresas privadas, por meio do Movimento pela Base Nacional Comum Curricular – MBNC, configurou-se como uma política que não articulou os interesses das escolas e dos/das professores/as.

Na BNCC, a Educação Física constitui-se como área de Linguagens, por ser entendida como linguagem corporal e um componente curricular

que tematiza as práticas corporais em suas diversas formas de codificação e significação social, entendidas como manifestações das possibilidades expressivas dos sujeitos, produzidas por diversos grupos sociais no decorrer da história (BRASIL, 2017, p. 211).

Na Base, a Educação Física permite a aprendizagem de práticas corporais, as quais apresentam três elementos em comum: movimento corporal; organização interna; e produção cultural – práticas essas entendidas como possibilidades expressivas dos/das sujeitos/as, inseridas no âmbito da cultura. Nas aulas de Educação Física, o trato com as

práticas corporais deve garantir que os/as alunos/as ampliem sua consciência e tornem-se sujeitos/as autônomos/as para se apropriarem e utilizarem a cultura corporal de movimento para as finalidades humanas (BRASIL, 2017).

A BNCC estabelece seis unidades temáticas relativas às práticas corporais: brincadeiras e jogos, esportes, ginásticas, dança, lutas e práticas corporais de aventura, de modo que cabe à Educação Física garantir que, em cada uma dessas unidades, sejam desenvolvidas competências específicas. As competências a serem desenvolvidas na Educação Física relacionam-se a aspectos históricos, processo de ensino-aprendizagem e de reflexão crítica, identidade cultural, sentidos e significados das práticas corporais e, por fim, ao desenvolvimento da saúde e do lazer. Isso porque se articulam às competências específicas da área de Linguagens na busca de garantir o seu desenvolvimento, levando em consideração a natureza vivencial, experiencial e subjetiva do conhecimento.

Esses objetos de conhecimento precisam atender a oito dimensões, a saber: i) experimentação, que se refere à vivência das práticas corporais; ii) uso e apropriação, que se referem à autonomia do/da aluno/a para realizar um movimento corporal; iii) fruição, que está relacionada à apreciação estética criada pelas vivências; iv) reflexão sobre a ação, conhecimento resultante da observação e análise das próprias vivências; v) construção de valores, que se origina em discussões sobre a prática corporal; vi) análise, associada aos conceitos necessários para compreender as características e o funcionamento das práticas corporais; vii) compreensão, que é o momento de esclarecimento da inserção das práticas corporais no contexto sociocultural; e viii) protagonismo voluntário, momento em que os/as estudantes participam de forma ativa das decisões quanto à democratização do acesso às práticas corporais (BRASIL, 2017).

O conhecimento a ser apreendido, de acordo com a BNCC depende da atenção a essas oito dimensões do conhecimento, cuja relação com as competências permite apreciar e criar diferentes formas de manifestações da cultura corporal do movimento. Para atingir o objetivo de desenvolver cada uma das competências, foram organizados na BNCC os conteúdos da Educação Física nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, que levam em consideração as unidades temáticas, os objetivos do conhecimento e as habilidades. A partir desta compreensão geral da macropolítica, direcionamos nossa discussão à micropolítica explicitada no próximo tópico.

Diretriz Curricular para a Educação Física do município de Marialva/PR: micropolítica

A elaboração das *Diretrizes Curriculares para o ensino da Educação Física no município de Marialva/PR* (MARIALVA, 2017) contou com as ações da atual coordenadora de Educação Física, que assumiu a função em 2015, durante o mandato de Edgar Silvestre⁴. O processo de discussão iniciou-se com a elaboração do Plano Municipal de Educação, que já previa a necessidade de estruturação curricular de cada área trabalhada na escola. Os/

As professoras/as, a coordenadora de Educação Física, bem como as ex e atuais secretárias de Educação elaboraram um documento com linhas explicitamente críticas:

No mesmo entendimento de superar este descompasso e de romper com a visão fragmentada e dicotomizada de homem, mundo, sociedade, cultura, educação, currículo e de Educação Física desenvolvimentista e/ou psicologicista, a Secretaria Municipal de Educação de Marialva, partindo do materialismo histórico, como teoria do conhecimento, tem mobilizado esforços para viabilizar as condições necessárias para a reflexão e reelaboração de uma Proposta Curricular pautada na Teoria Histórico-Cultural (MARIALVA, 2017, p. 4).

Como relata a coordenadora de Educação Física do município de Marialva, a proposta de Educação Física do município teve como base a proposta pedagógica de Sarandi/PR, que se fundamentava nos pressupostos da Teoria Histórico-Cultural⁵. Consta no documento que a mediação pedagógica permitirá uma “apreensão do conhecimento das manifestações da Cultura Corporal pelo aluno, nos seus aspectos históricos, culturais, técnicos, científicos, entre outros, estabelecendo relações pela ótica da totalidade” (MARIALVA, 2017).

A representação dos pressupostos teórico-metodológicos de perspectiva materialista histórica desse currículo é observada na afirmação de que

a prática pedagógica da Educação Física pode ser objetivada, pois a mesma permite considerar o aluno como sujeito histórico imerso em uma realidade dinâmica, portanto, não submetido somente às leis biológicas, mas a leis sócio-históricas. Desta forma, ela se faz necessária para que o aluno se aproprie dos conhecimentos historicamente produzidos sobre a cultura corporal (MARIALVA, 2017, p. 05).

O documento, em muitas partes, explicita conceitos próprios da Teoria Histórico-Cultural, como o de mediação, ao afirmar que

o professor de Educação Física tem a função de mediar a apropriação dos conhecimentos historicamente produzidos em suas diferentes manifestações, sejam elas rítmicas, dançantes, esportivas, expressivas, ginásticas, jogos e brincadeiras, lutas, entre outras formas de expressão da cultura corporal (MARIALVA, 2017, p. 6).

A cultura corporal é considerada como conhecimento da Educação Física que, na concepção de Carmen Lúcia Soares *et al* (1992), é resultado dos conhecimentos produzidos historicamente e acumulados pela humanidade, que necessitam ser transmitidos para os/as alunos/as na escola. Nessa concepção, a cultura corporal constitui-se pelos temas: jogo, esporte, lutas, ginástica e dança. Sob tais pressupostos, a proposta curricular de Marialva organiza os temas da cultura corporal de acordo com as idades no decorrer dos anos escolares.

Quanto ao processo de ensino-aprendizagem, as Diretrizes de Marialva dispõem que o desenvolvimento da criança só se dá a partir da

compreensão dos conceitos do cotidiano que o aluno traz sobre os temas da cultura corporal para que, no processo de escolarização, se formem novos conceitos científicos, cabendo a Educação Física escolar promover intencionalmente esta apreensão na sua especificidade (MARIALVA, 2017, p. 14-15).

Ao objetivar as apropriações dos conceitos cotidianos e científicos, as Diretrizes denotam pautar-se nos pressupostos da teoria de Lev S. Vigotski (2000), que concebe o desenvolvimento das funções psicológicas superiores a partir da formação desses dois conceitos, em zonas proximais e reais⁶.

A exposição geral da macro e da micropolítica nos permitiu realizar uma síntese comparativa entre a BNCC e as Diretrizes de Marialva, expressa no quadro 1, na tentativa de expor, de forma objetiva e concreta, os elementos que diferenciam teoricamente ambas as políticas examinadas.

Quadro 1: Aspectos predominantes das perspectivas educacionais subjacentes a BNCC e a Diretriz Curricular de Marialva

Elemento	BNCC	Marialva
Formação do sujeito	Sujeito competente/habilidoso	Sujeito crítico
Processo de ensino	Dimensões do conhecimento	Apropriação dos conhecimentos científicos
Conhecimento da Educação Física	Cultura corporal do movimento	Cultura corporal
Conteúdos/ Unidades Temáticas	Brincadeiras e Jogos	Manifestações de jogos e brincadeiras
	Esportes	Manifestações esportivas
	Ginásticas	Manifestações gímnicas
	Danças	Manifestações rítmicas, expressivas e dançantes
	Lutas	Lutas
	Práticas corporais de aventura	–

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Em discussão e análise do quadro, a BNCC assume um modelo educacional voltado ao/à sujeito/a habilidoso/a e competente, necessário/a ao mercado de trabalho; por esse motivo, os conteúdos e o processo de ensino se dão articulados à pessoa que se busca formar. Diferentemente da BNCC, as Diretrizes de Marialva adotam uma perspectiva que visa formar sujeitos/as críticos/as, que compreendam a realidade concreta, cujo processo de ensino busca a apropriação dos conhecimentos científicos.

A seguir, sistematizamos as primeiras impressões dos/das professores/as do município de Marialva sobre a BNCC, na etapa em que se iniciaram as readequações curriculares do município, de acordo como *Guia de Implementação da Base Nacional Comum Curricular* (2018)⁷.

Percepções da coordenação e dos/das professores/as de Educação Física sobre a BNCC, e seu processo de implementação

No entendimento de Oliveira (2013), as realidades locais não são um mero campo de aplicação de políticas oficiais, mas expressam essas normas e as modificam de acordo com as suas especificidades. As determinações oficializadas, como o caso da BNCC, são modificadas em virtude do campo no qual se encontram e deveriam ascender das realidades locais. Muitas vezes, as políticas oficiais estabelecem o seu diálogo com as realidades escolares em forma de conflitos, pois os poderes e instituições envolvidos em sua elaboração não reconhecem a indissociabilidade entre os textos oficiais e a realidade escolar.

Nas primeiras incursões na realidade escolar de Marialva, buscamos identificar os conhecimentos dos/das professores/as e da coordenadora da Educação Física sobre a BNCC, perguntando sobre as formações realizadas em relação a esse documento e sobre as alterações a serem feitas no processo de implementação da BNCC. Afirmaram que

“já tivemos umas primeiras aproximações sim, [...] demos uma lida superficial [...]. Então, no geral a gente gostou [...] tentamos reorganizar os conteúdos do primeiro bimestre de acordo com ela [...]. Não tivemos que modificar muitas coisas com relação ao currículo” (COORDENADORA, 2019).

“formação, que foi comentado. Pois, a gente está começando a estudar” (LUIZA, 2019).

“Não está precisando fazer muitas modificações. Está próximo, há algumas coisas novas. Mas, no geral está próximo” (CLAUDIA, 2019).

Os estudos sobre a BNCC estavam em sua fase inicial no momento da pesquisa, mas as adaptações aos conteúdos por ela determinados já estavam sendo realizadas. Desse modo, empreendemos a investigação a partir dos elementos presentes na BNCC, conforme explicitado no Quadro 1. No que diz respeito à inserção da Educação Física na área de Linguagens, a coordenadora relatou:

“eu acho que ela estando na área de linguagens, a gente consegue contextualizar mais a questão cultural, a gente consegue abranger outras informações, [...] não só em relação à saúde, [...] abordando outros temas relacionados” (COORDENADORA, 2019).

Nota-se, neste depoimento, que a inserção da Educação Física na área de Linguagem era percebida como uma possibilidade de ensinar para além da sua potencialidade

de atividade promotora de saúde. Em relação à organização das Unidades Temáticas, o posicionamento dos/das entrevistados/as pode ser observado nos pontos de vistas acerca da questão:

“eu gostei. Já era bem próximo de como a gente trabalhava. A única coisa que eu achei, assim, que diferenciou um pouco do que a gente fazia, foi no conteúdo de esportes. Na minha opinião, eles estão trazendo os esportes desde o primeiro ano, um esporte institucionalizado mesmo né, falando já dos esportes mesmo. E, antes, a gente já falava de uma maneira mais geral, trazia primeiro as habilidades motoras, alguns fundamentos técnicos de uma maneira geral. E, agora, eles já trazem o esporte propriamente dito, estão esportivizando desde cedo” (COORDENADORA, 2019).

“os conteúdos, que são os mesmos que estamos trabalhando” (BRUNA).

“É pouca diferença, igual eu estava falando de lutas, eles já não entram até o 5º, entram com outras formas. Igual o ritmo, não entra tanto no ritmo entra mais na dança” (ANTONIA, 2019).

“É, por exemplo, os esportes de aventura, que não tinha” (LUIZA, 2019).

As falas demonstravam que a proposta de sistematização dos conhecimentos da Educação Física da BNCC se aproximava da Diretriz Curricular de Marialva, excetuando-se algumas Unidades Temáticas, como Esportes – que compreendem que a forma de ensino poderia levar a uma prática esportiva pelos/as alunos/as em seu caráter de jogo formal, sem considerar os aspectos técnicos, táticos, históricos e culturais. O que parece, ao ver dos/das professores/as, não ser o foco desse ciclo de ensino; mudança de conteúdos já existentes, como *jogos de oposições para lutas*; e *danças específicas/regionais* no lugar de *reconhecimento rítmico*, além da inserção das *práticas corporais de aventura*.

Ao analisar as dimensões do conhecimento, a coordenadora afirmou que: *“Não estavam muito distantes da nossa proposta não, que a gente já fazia uma análise já, a fruição, a vivência, não se distanciam muito não”* (COORDENADORA, 2019). Essa afirmação denota seu entendimento das dimensões do conhecimento como próximas em ambos os documentos. Além disso, quando questionada sobre as competências a serem desenvolvidas a partir da prática pedagógica da Educação Física, ela respondeu que *“ainda não estudei esta parte a fundo. Fizemos uma leitura muito superficial ainda”* (COORDENADORA, 2019).

Nota-se, portanto, que os/as professores/as e a própria coordenadora não se aprofundaram nos estudos da BNCC, ainda estavam conhecendo o documento, observando certa proximidade do currículo de Marialva com a BNCC, o que é ressaltado pela coordenadora:

“no meu ponto de vista, ela já trata em uma concepção crítica, então é o que a gente já trabalha em cima dela. Então, eu gostei da linha que seguiu, ela traz como objeto de estudo a cultura corporal, que é uma linha que a gente segue também” (COORDENADORA, 2019).

As respostas da coordenadora e dos/das professores/as evidenciam uma visão de aproximação entre a BNCC e a concepção assumida pelo município com relação a

unidades temáticas, dimensões do conhecimento, organização curricular e concepção pedagógica. Todavia, percebemos certas incompreensões por parte dos/das participantes da pesquisa em relação às questões basilares da BNCC, como considerar uma aproximação dos conteúdos e, conseqüentemente, do conhecimento da Educação Física, quando, na verdade, em um documento o conhecimento é a cultura corporal e em outro, é a cultura corporal do movimento.

A compreensão da cultura corporal como conhecimento da Educação Física parte dos pressupostos da concepção crítico-superadora, que se fundamenta no materialismo histórico de Karl Marx e Friedrich Engels, assim como na Teoria Histórico-Cultural de Lev Vigotski, Alexander Luria e Alexis Leontiev. Por suas raízes teórico-filosóficas, ao discutir a cultura corporal, esta concepção a define como

um conhecimento universal, patrimônio da humanidade que igualmente precisa ser transmitido e assimilado pelos alunos na escola. A sua ausência impede que o homem e a realidade sejam entendidos dentro de uma visão de totalidade (SOARES *et. al*, 1992, p. 29).

A “cultura corporal” adotada pela Educação Física do município de Marialva, a partir do livro *Metodologia de ensino de educação física* (SOARES *et al*), ainda que objeto de críticas, se aproxima do referencial teórico progressista de perspectiva materialista histórica e da teoria histórico-cultural, ao tratar dos ciclos de escolarização e das manifestações da cultura corporal, entendendo a linguagem como uma função psicológica superior que permite a comunicação entre as pessoas, fundamentalmente para transmitir as experiências sócio-históricas produzidas pela humanidade.

Sob outras bases, ao tratar o conhecimento da Educação Física como *cultura corporal de movimento*, a BNCC parte dos escritos de Jocimar Daolio (2004), que desenvolve esse conceito a partir dos estudos de Valter Bracht (1992), Mauro Betti (1991) e Elenor Kunz (1994). Daolio (2004) afirma que a cultura corporal do movimento subtende a valorização da subjetividade humana, a capacidade do/da aluno/a de dar sentidos e significados ao conteúdo desenvolvido nas aulas. Portanto, é uma Educação Física que desenvolve uma mediação simbólica, que intervém nas ressignificações do conhecimento pelo/a aluno/a. Elenor Kunz cunhou esse termo no livro *Transformação Didática do Esporte* (1994), fundamentando-se na Teoria Crítica, especialmente na Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas, entendendo a linguagem “como fator primordial de entendimento racional voltado para o acordo ético e moral entre os participantes discursivos, linguística e interativamente competentes” (SANTOS & BAIROS, 2010). Esse entendimento converge para a concepção que entende a Educação Física enquadrada na área da linguagem, entendendo-a como interação social.

Apesar de serem conceitos que aparentam semelhança, ao assumir o trabalho com a cultura corporal ou com a cultura corporal de movimento, o currículo apresenta

concepções distintas. A adoção dos termos cultura corporal e cultura corporal de movimento nos diz muito sobre a concepção assumida por determinado currículo. Ao adotar a cultura corporal como conhecimento a ser apropriado pelos/as estudantes, a Diretriz Curricular de Marialva/PR pressupõe uma ação docente voltada à apreensão das manifestações da cultura corporal em sua totalidade: cultural, artística, técnica e científica. Com uma diferença marcante, a BNCC volta-se para uma formação fragmentada, voltada à aprendizagem por meio de uma mera vivência do conteúdo ensinado, no campo da superficialidade, com foco na percepção subjetiva dos/das estudantes, divergindo das ações docentes em Marialva, que se voltam à formação na totalidade.

Quando os/as professores/as de Marialva identificam uma aproximação entre ambos os currículos, isso denota uma miscelânea, muito evidente também nas discussões da área da Educação Física. Muitas das questões apontadas pela coordenadora e pelos/as professores/as podem ser explicadas por seu distanciamento do processo de elaboração da BNCC. Apesar de o documento apresentar números das consultas públicas realizadas, com participação da equipe pedagógica (coordenadores/as, docentes, orientadores/as, diretores/as e etc.), isso não refletiu a realidade. Como afirmam Janete Carvalho e Suzany Lourenço:

as questões relativas à BNCC foram retiradas do âmbito da problematização pública e confiadas a especialistas (grupos de interesse econômico, *experts*, cientistas, administradores/gestores do Estado) [...] a liberdade de expressão dos professores é exercida dentro dos limites de um fazer e dizer previamente codificados, já estabelecidos pelos problemas e pelas soluções dos que governam (CARVALHO & LOURENÇO, 2018, p. 242-243).

Essa política curricular, que pretendia estruturar-se em uma metodologia participativa de discussão com as comunidades escolares, configurou-se como pseudo-participativa, pela forma inexpressiva de atuação de professores/as e gestores/as escolares e de seus efeitos no processo de elaboração.

Evidencia-se igualmente a falta de diálogo entre as políticas nacional e municipal, assim como entre as orientações documentais e a implementação na realidade escolar, já que grande parte dos/das professores/as não demonstrou ter uma leitura e uma aproximação com essa política curricular, em razão de um processo incoerente de consulta e participação pública. Com o intuito de formar a consciência dos/das docentes quanto à realidade contraditória existente entre a BNCC e as Diretrizes para a Educação Física de Marialva/PR, desenvolvemos um processo formativo junto aos/às professores/as, apresentado a seguir.

Processo formativo dos/as docentes de Educação Física de Marialva/PR

Diante das incertezas e do desconhecimento evidenciados nas entrevistas – quanto às dimensões do conhecimento, as competências e a concepção pedagógica da Educação Física –, foram realizados encontros formativos com os/as professores/as. A realização dos encontros foi idealizada em conjunto com a coordenadora pedagógica, que observou a necessidade de um momento dedicado aos estudos sobre os aspectos gerais da Base Nacional Comum Curricular.

O primeiro desses encontros formativos foi intitulado *Política educacional brasileira e a Base Nacional Comum Curricular: repercussões na política municipal*⁸, com duas horas de duração. O objetivo principal da formação foi expor a estrutura e os fundamentos da BNCC, especificamente para a área da Educação Física. Foram expostos os aspectos legais, que determinaram a elaboração de uma Base Nacional Comum, a estrutura do documento, os seus fundamentos pedagógicos e as especificidades da Educação Física – Educação Física na educação infantil/ensino fundamental; competências, habilidades e a organização curricular.

A formação foi um momento de análise e reflexão, no qual os/as professores/as mostraram, em suas falas e na resposta ao questionário, como encaminhar as discussões seguintes sobre a organização curricular para a Educação Física presente na BNCC e a relação com suas prática e concepção pedagógica. Além disso, expressaram dúvidas e angústias, por meio de questionamentos e reflexões a respeito do conhecimento da Educação Física, das unidades temáticas, dimensões do conhecimento, competências e distribuição dos conteúdos no decorrer dos anos. Avaliamos que, no processo do encontro formativo, os/as professores/as demonstraram compreender os fundamentos da Educação Física propostos pela BNCC. A partir do conhecimento desenvolvido, alguns/umas professores/as também identificaram que, por se tratar de um documento elaborado por um conjunto de professores/as, considerados/as especialistas – a exemplo dos PCNs (BRASIL, 1997) – a BNCC apresenta uma miscelânea de perspectivas.

Após realizar o estudo expositivo e a discussão acerca de aproximações e distanciamentos teóricos entre a BNCC e a as Diretrizes Curriculares para o ensino da Educação Física do município de Marialva, surgiram apontamentos sobre a necessidade de mediação no processo de ensino-aprendizagem. Na perspectiva da educação municipal, as dimensões do conhecimento propostas pela BNCC parecem não se enquadrar em uma aula cujo caráter esteja na valorização da ação do/a professor/a. Essa questão é discutida por Telma Martineli *et al* (2016) que, contrariamente ao que apresenta a BNCC, argumentam sobre a importância do/da professor/a como mediador/a do processo pedagógico. A partir destas reflexões, um/a dos/das professores/as perguntou, no momento formativo: “Podemos ir contra a BNCC?”.

A preocupação dos/das professores/as voltou-se para o desafio de reestruturar a Diretriz Curricular do município, de forma geral e específica para a área da Educação Física, fundamentando-se na Teoria Histórico-Cultural e, ao mesmo tempo, atender as obrigatoriedades da BNCC. Esse momento nos mostrou a divergência conceitual entre os fundamentos educacionais dos documentos analisados, pois de um lado, há uma elaboração de cunho neoliberal, e de outro, um documento que, nesse mesmo contexto ideológico, busca alicerçar a educação e assegurar nas disposições legais em uma linha crítica. Marx (1984), ao explicar as contradições da sociedade capitalista, indica como elas levam a conflitos, que tendem a ser superados. Por isso, quando pontuamos os conflitos existentes na oposição de ideias da BNCC e da Diretriz para o Ensino da Educação Física do Município de Marialva/PR, já indicamos a presença da própria contradição da sociedade de classes. A implementação da BNCC, com normativas orientadoras para as políticas dos estados e municípios, suscitam debates e críticas que são fundamentais num projeto para a educação brasileira.

Ao final da formação, avaliamos os/as professores/as por meio da aplicação de um questionário. A avaliação permitiu observar transposições teóricas e criou novas percepções em relação à BNCC. No que diz respeito às dimensões do conhecimento, relataram que

“é difícil de chegar numa análise e compreensão com a concepção adotada pela BNCC”
(COORDENADORA, 2019).

“As dimensões do conhecimento ficam muito no campo da ‘vivência’, sobressaindo as possibilidades de aprendizagem científica” (FLORA, 2022).

Após as discussões do encontro formativo, os/as professores/as mostraram discordar da concepção de Educação Física e das dimensões do conhecimento assumidas na BNCC, pois as perceberam como circunscritas ao trato com a subjetividade do/da aluno/a. Esse entendimento vai ao encontro dos estudos científicos que afirmam estar explícita nessas dimensões a predominância da hipersubjetividade de cunho humanístico na constituição do/a estudante, representada pedagogicamente no desenvolvimento da fruição, da recreação e da vivência. Laine Moreira *et al* (2016) e Telma Martineli *et al* (2016) explicam que a BNCC fundamenta-se em uma perspectiva fenomenológica, supervalorizando os sentidos e significados atribuídos ao conhecimento, de forma que incide não em sua apropriação, mas na mera vivência e fruição, esvaziada do conhecimento.

O documento também recebe influência do construtivismo, uma vez que concebe o desenvolvimento das dimensões cognitiva, intelectual e afetiva. Entretanto, esse desenvolvimento ocorre de forma sucessiva, como discutido por Jean Piaget (1999): os conhecimentos são desenvolvidos de forma autônoma, pela própria criança que, situada em determinada fase de desenvolvimento, expandirá espontaneamente aqueles conhecimentos previstos a idade, como uma condição biológica. Apesar de a BNCC não expor

esse conceito de forma explícita, ao determinar objetivos a serem realizados pelas próprias crianças e não direcionado o que o/a professor/a precisa desenvolver, expressa sua concepção de capacidade biológica de a criança aprender sem professor/a. Em última análise, ambas as perspectivas, a presente na BNCC e de Piaget, convergem por não tomarem como premissa a base material, distanciando-se da proposta desenvolvida pelo município de Marialva. Nela, os/as professores/as valorizam a apropriação dos conceitos científicos, por eles/elas mediada.

No que diz respeito às competências a serem desenvolvidas pelos/as alunos/as no ensino da Educação Física, os/as professores/as afirmaram que

“as 10 competências, se alcançadas, exploram aspectos fundamentais e essenciais na aprendizagem e vivência da cultura corporal, desde a vivência, identificação, reflexão, compreensão, análise” (COORDENADORA, 2019).

“as competências oportunizam que o conhecimento traga desde sua origem até sua aplicação na vida cotidiana” (FLORA, 2019).

“o professor não pode mediar o conhecimento” (MARIA, 2019).

Em sua maioria, os/as professores/as concordaram com a proposta de desenvolvimento das competências na Educação Física, ao afirmar que elas permitem uma compreensão da cultura corporal e de sua origem, o que valoriza as experiências e permite associá-las à vida cotidiana.

Quanto à organização curricular da BNCC, os/as envolvidos/as na pesquisa indicaram:

“existir uma sistematização dos conteúdos, isso já é um avanço, apesar de eu discordar de alguns pontos como uma esportivização da unidade esporte e a maneira como a ginástica foi distribuída nas unidades[...]. Concordo, apesar de que falta aprimoramento na formação acadêmica e na formação continuada, em relação a algumas práticas corporais, como esportes de aventura e lutas” (COORDENADORA, 2019).

“concordo, desde que os conhecimentos que dão base à Educação Física sejam oportunizados aos alunos de forma ontológica e fazendo relações com a sociedade e suas formas de organização” (FLORA, 2019).

“Pelo fato de não ter uma sequência lógica e algumas organizações não fazem parte da nossa realidade” (MARIA, 2019).

Os/As professores/as compreendem que os mesmos conteúdos apontados pela BNCC são constituintes da cultura corporal e, portanto, aproximam-se dos conhecimentos pertinentes à Educação Física. Entretanto, identificaram a necessidade de formações de aprofundamento sobre tais conteúdos recentemente incluídos nos currículos, bem como expressaram um distanciamento de algumas formas de organização curricular na realidade de Marialva.

Os/As professores/as que concordaram com a organização curricular afirmaram a importância da sistematização desses conteúdos para a Educação Física; outros/as, como é o caso da professora Flora, reforçaram que essa sistematização deve vir acompanhada de conhecimentos oportunizados a partir de uma concepção ontológica do ser, apontando para uma concepção de educação e do ensino dos conteúdos escolares de forma organizada e sistematizada, como preconiza Vigotski (2000; 2010), que fundamenta as Diretrizes Curriculares e pedagógicas de Marialva.

No que diz respeito à concepção pedagógica, todos/as os/as professores/as discordam da perspectiva adotada pela BNCC:

“ensino centrado no aluno, [que] impossibilita ou dificulta a aprendizagem que vai além do senso comum para um conhecimento científico” (COORDENADORA, 2019).

“os conhecimentos oportunizados no interior da escola devem ser desenvolvidos trazendo um caminho que leve a apropriação da riqueza cultural, científica, técnica, ampliando o desenvolvimento das funções psicológicas que nortearão o seu social nas tarefas cotidianas” (FLORA, 2019).

Em sua perspectiva, o conhecimento oportunizado deve caminhar para a formação científica, para a apropriação pelo/a aluno/a das riquezas culturais, científicas e técnicas, concernentes ao pensamento de Vigotski; e divergem, em seus pressupostos do estabelecido pela BNCC. Ao avaliarem-na, os/as professores/as afirmaram que

“De forma geral ela é boa, as unidades temáticas e os conteúdos curriculares estão de acordo com o que considero ideal, salvo alguns equívocos, apenas a concepção pedagógica sou contra” (COORDENADORA, 2019).

“Pelo pouco contato que tive com esse documento, verifiquei que há um esvaziamento do processo de ensino e aprendizagem, pois os conteúdos se aproximam mais de uma vivência imediata, do que uma apropriação e objetivação de um conhecimento concreto necessário para o desenvolvimento do gênero humano” (FLORA, 2019).

Mesmo com suas fragilidades, alguns/umas professores/as olham a BNCC como o início de uma estruturação/sistematização curricular para a Educação Física, porém, estabelecem uma crítica à concepção pedagógica e ao processo de ensino.

Em síntese, percebemos concepções e posicionamentos mais claros dos/das professores/as após o processo formativo. A análise e o estudo da BNCC permitiram uma identificação de diferenças fundamentais entre esta e o currículo do município, principalmente quando discutem o processo de ensino, a concepção e o papel do/da professor/a. Nos dedicaremos, a seguir, à análise das implicações cotidianas das divergências pontuadas pelos/as professores/as.

Contrapontos entre a política curricular nacional e municipal: implicações para a prática docente

A percepção inicial dos/das professores/as nos indicou uma aproximação entre a BNCC e a Diretriz Curricular de Marialva; mas esse quadro se modificou a partir de um estudo sistemático das propostas de ambas. A formação realizada com os/as professores/as possibilitou uma mudança em sua percepção, na medida em que desencadeou um pensamento crítico direcionador das discussões e análises sobre a concepção, as dimensões do conhecimento e alguns objetivos de aprendizagem da BNCC.

Os/As professores/as cogitaram a possibilidade de manter o currículo e a metodologia de ensino do município de Marialva, frente à obrigatoriedade de se trabalhar com a BNCC. De acordo com a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – UNCME (2019), o currículo municipal deve seguir, obrigatoriamente, os conhecimentos, habilidades e objetivos de aprendizagem estabelecidos pela BNCC. Há uma pequena parte desse currículo municipal, chamado de *parte diversificada*, no qual é possível incluir as especificidades de cada município. Todavia, a grande questão é: na parte curricular diversificada, é possível assegurar a *concepção* curricular e pedagógica de um município?

As entrevistas com os/as professores/as e as Diretrizes Curriculares para a Educação Física nos mostraram as tentativas de elaboração de um currículo preocupado com o desenvolvimento humano, por meio da formação de conceitos científicos, em oposição à formação de competências e habilidades defendida pela BNCC. Os estudos e currículos elaborados pelos estados e municípios, alinhados com o pensamento crítico, como no caso de Marialva, podem constituir uma educação para além das ideologias predominantes.

Grande parte dos/das professores/as de Marialva se esforça para desenvolver as ações pedagógicas no campo da crítica e afirma desenvolver aulas fundamentadas na Teoria Histórico-Cultural. A professora Tainá indagou sobre a ação do município dentro dessa perspectiva e o interesse em conservar as ações pedagógicas fundamentadas nessa concepção, mesmo após a reelaboração curricular. Além de se orientar pela teoria, a professora Flora nos explicou que a compreensão de uma aula nesses pressupostos subentende uma visão de Educação Física como conhecimento histórico produzido pelo ser humano.

Distanciando-se do que preconiza a BNCC, alguns/umas professores/as do município desenvolvem atividades educativas que contribuem para o acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade, com uma preocupação que muito se aproxima das atividades educativas de caráter emancipador, explicitadas por Ivo Tonet (2014). Esse autor explica que o conhecimento de caráter revolucionário é aquele que permite conhecer o objeto como um processo de construção da totalidade do ser social. Neste caso específico de Marialva, isso pressupõe valorizar as ações desenvolvidas por professores/as e, mais do que isso, ajudá-los/as na continuidade do trabalho pedagógico, mesmo com

as novas determinações da BNCC. Como Tonet enfatiza “mesmo que o espaço para a realização destas atividades seja muito estreito, ele existe e pode e deve ser aproveitado” (TONET, 2014, p. 18).

Portanto, o diálogo com os/as professores/as e a coordenadora de Educação do município de Marialva nos permitiu constatar o que Inês Oliveira já havia advertido: “As determinações oficializadas sempre se modificam em virtude do campo que encontram” (OLIVEIRA, 2013, p. 380).

Vale destacar que há uma problemática instaurada sobre a relação entre currículos oficiais e a prática político-pedagógica dos/das docentes de Educação Física. A construção do currículo de Marialva, anterior às normativas da BNCC, foi um processo coletivo e se efetivou como política educacional progressista. Em face disso, consideramos arbitrários e descontextualizados os currículos oficiais que pretendem padronizar o processo educativo em todo o território brasileiro, tendo em vista as dimensões geográficas do nosso país e as particularidades históricas, artísticas e culturais.

A BNCC, inevitavelmente, se modificará na prática desses/as professores/as de Marialva, que almejam uma educação diferente daquela preconizada por tal política nacional. Apesar de ser uma realidade, os/as professores/as identificaram, ainda que inicialmente, divergências no campo educacional; logo, buscam caminhos e brechas legais para assegurar no município um currículo e uma pedagogia que convenham ao encontro de suas concepções.

Nosso debate permitiu um avanço na compreensão dos/das professores/as com relação à BNCC, contudo, trouxe problemáticas que ainda não foram sanadas, que necessitam de estudos sobre os conflitos resultantes das contradições que emergem dessa forma de sociabilidade.

Considerações finais

A BNCC é uma das políticas oficiais elaboradas sem diálogo efetivo com a realidade escolar, o que dificulta o processo de reestruturação curricular, reverberando um distanciamento e um desconhecimento de seus fundamentos e estrutura curricular. A concepção dos/das professores/as e da coordenadora sobre os documentos analisados é tensionada por normativas que causam incertezas, mas também a certeza de que devem ser implementadas legalmente. Frente a isto, vimos a necessidade de participar na formação dos/das professores/as, no sentido de torná-los/as sujeitos/as conscientes da realidade educacional brasileira.

O momento formativo desenvolvido por esta pesquisa muito contribuiu para o debate dessas questões, relacionando-as com a realidade do trabalho que já desenvolvem. A formação também expressou a importância da tríade pesquisa - ensino - extensão,

basilar na Universidade, no sentido de contribuir na formação continuada dos/das professores/as e no desenvolvimento de pesquisas que se aproximem das necessidades reais da instituição educadora.

Mesmo que os/as professores/as tenham compreendido os fundamentos da BNCC na formação, não houve resolução do problema da indissociabilidade entre essa política e a realidade das escolas. Na medida em que os/as professores/as compreenderam aspectos da BNCC, identificaram muitas divergências em relação às diretrizes do município em que atuam, principalmente na descrição de um ensino focalizado no/a aluno/a e na secundarização da ação dos/das professores/as.

Há a necessidade de encontrar espaços para um ensino que atenda as determinações estabelecidas pela BNCC, mas que também esteja voltado às especificidades e necessidades do município de Marialva/PR. Isso pode ser alcançado por meio da parte diversificada do currículo, mas carece de compreensão sobre seus limites e possibilidades.

Vivemos um momento político conturbado, iniciado em 2016, quando golpes e medidas reformistas que desvalorizam a educação foram aprovadas; as determinações e imposições da BNCC são realidade e estão cada vez mais presentes nos documentos e cotidianos das escolas. Entretanto, como no município de Marialva/PR, as escolas não são meros campos de aplicação de políticas educacionais, são campos de modificação e realização dessas políticas, nas quais parte significativa dos/das professores/as e gestores/as, a exemplo de outros momentos na história, se posicionaram criticamente. A realidade pesquisada parece ser a via que a coordenadora e os/as professores/as de Marialva, ainda que dentro de seus limites e suas parcas possibilidades, estão a trilhar.

Recebido em: 13/07/2022; Aprovado em: 14/03/2023.

Notas

- 1 A pesquisa de campo foi aprovada pelo comitê de ética sob o CAAE nº 08921618.8.0000.0104, sob autorização da Secretaria de Educação do Município de Marialva-PR.
- 2 Do corpo docente composto por 16 professores/as de Educação Física, 12 aceitaram participar da pesquisa.
- 3 Os nomes utilizados na pesquisa são fictícios para preservar a identidade dos/das participantes.
- 4 Edgar Silvestre, conhecido como Deca, foi vice-prefeito da Cidade de Marialva-PR de 2009 a 2012 e prefeito de 2013 a 2016. Era filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB).
- 5 A Teoria Histórico-cultural foi produzida por Lev Semenovitch Vigotski (1896-1934), Alexander Romanovich Luria (1902-1977) e Alexis Nikolaevich Leontiev (1903-1979) em um contexto pós-revolucionário, “como um produto das lutas na intrincada União Soviética que vai da Revolução Russa, em 1917, à década de 30” (TULESKI, 2008, p. 71). Vigotski, principal representante da teoria, aborda o estudo do psiquismo humano utilizando o método de Marx em sua psicologia.

- 6 Para Vigotski (2010), os conhecimentos se formam por caminhos distintos e se complementam neste processo de ensino, em que o conceito científico não começa e nem surge de um campo desconhecido. O professor no processo de ensino considera a zona de desenvolvimento real, momento em que o aluno se encontra no processo de desenvolvimento, ou seja, considera-se o que o aluno já desenvolveu, para então tratar a zona de desenvolvimento proximal, que é qual conhecimento o aluno pode adquirir (VASCONCELOS, 2017).
- 7 O *Guia de Implementação da Base Nacional Comum Curricular* (BRASIL, 2018) indica as etapas do processo de implementação da BNCC: Estruturação da governação de implementação; Estudo das Referências Curriculares; (Re)elaboração Curricular; Formação Continuada para os novos currículos; Revisão dos Projeto Pedagógicos – PPPs; Materiais Didáticos; e Avaliação e acompanhamento da aprendizagem. Os municípios se encontravam em fase de (re) elaboração curricular, formação continuada e revisão dos PPPs, tendo como prazo até final de 2020 para finalizar tais etapas.
- 8 O município possuía encontros mensais de estudos, portanto, as intervenções do grupo foram realizadas nestes horários. Os temas dos estudos realizados e utilizados nas formações foram: 1- Política educacional brasileira e a Base Nacional Comum Curricular: repercussões na Política municipal; 2- A dança na Educação Física: da Base Nacional Comum Curricular à realidade escolar; 3- O esporte na BNCC. Entretanto, neste artigo, trago apenas as discussões da primeira formação realizada.

Referências

- BALL, Stephen J. *La micropolítica de la escuela: hacia una teoría de la organización escolar*. Madrid: Paidós, 1987.
- BETTI, Mauro. *Educação Física e sociedade*. São Paulo: Movimento, 1991.
- BRACHT, Valter. *Educação Física e aprendizagem social*. Porto Alegre: Magister, 1992.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos parâmetros curriculares Nacionais*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC/SEF, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação; Conselho Nacional de Secretários da Educação; União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação; Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação; União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação. *Guia de Implementação da Base Nacional Comum Curricular: orientações para o processo de implementação da BNCC*. Brasília, 2018.
- CAETANO, Maria Raquel & COMERLATO, Luciani Paz. Crise da sociedade capitalista e o esvaziamento da democracia: as reformas em curso no Brasil e a educação como mercadoria. In: AZEVEDO, Jose Clovis & REIS, Jonas Tarcísio. *Políticas Educacionais no Brasil Pós-golpe*. Porto Alegre: Editora Universitária Metodista IPA, 2018. p. 17-40.
- CARVALHO, Janete Magalhães & LOURENÇO, Suzany Goulart. O silenciamento de professores da Educação Básica pela estratégia de fazê-los falar. *Pro-posições*, v. 29, n. 2, 2018, p. 235-258.
- DAOLIO, Jocimar. *Educação Física e o conceito de Cultura*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- FREIRE, João Batista. *Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física*. São Paulo: Scipione, 1994. p. 224.
- HILDEBRANDT, Reiner. *Concepções abertas no ensino da educação física*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1986.
- KUNZ, Elenor. *Transformação didático-pedagógica do esporte*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1994.

- MARIALVA. *Diretrizes Curriculares para o ensino da Educação Física no município de Marialva – PR*. Marialva: Secretaria da Educação, 2017.
- MARTINELLI, Telma Adriana Pacífico *et al.* Educação Física na BNCC: concepções e fundamentos políticos e pedagógicos. *Motrivivência*. v. 28, n. 48, p. 76-95, set. 2016.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: DIFEL, 1984.
- MOREIRA, Laine Rocha *et al.* Apreciação da Base Nacional Comum Curricular e a Educação Física em Foco. *Motrivivência*. v. 28, n. 48, 2016.
- OLIVEIRA, Inês Barbosa. Currículo e processos de aprendizagem ensino: políticas práticas educacionais cotidianas. *Currículo sem Fronteiras*, v. 13, n. 3, set./dez. 2013, p. 375-391.
- PAULO NETTO, José. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- PERONI, Vera M.; LIMA, P. V.; KADER, C. R. (Org.). *Redefinições das fronteiras entre o público e o privado*. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 115-123.
- PIAGET, Jean. *Seis estudos de psicologia*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.
- SANTOS, Guilherme dos & BAIROS, Antônio Tadeu Campos. *O uso da linguagem na busca compreensiva da razão na ética do discurso de Habermas*. In: Anais do VIII Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas – SEPECH. Organizado por Raquel Kritsch e Mirian Donat. Londrina: Eduel, 2010.
- SOARES, Carmen Lúcia *et al.* *Metodologia do ensino de Educação Física*. 12 ed. Campinas: Cortez, 1992.
- TANI, Go *et al.* *Educação Física escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista*. São Paulo: E.P.U., 1988.
- TONET, Ivo. Atividades educativas emancipadoras. *Práxis Educativa*. Ponta Grossa, v. 9, n. 1, 2014, p. 9-23.
- TULESKI, Silvana Calvo. *Vygotski: a construção de uma Psicologia Marxista*. Maringá: EDUEM, 2008.
- UNCME. *Conselhos: Diretrizes – Entendimentos*. 2019.
- VASCONCELOS, Carolina de Moura. *Contribuições da Teoria Histórico-Cultural para o Ensino da Educação Física: A ginástica nos anos iniciais do ensino fundamental*. Maringá: EDUEM, 2017. Trabalho apresentado como monografia (UEM).
- VIGOTSKI, Lev Semenovitch. *A construção do Pensamento e da Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- VIGOTSKI, Lev Semenovitch. *Psicologia Pedagógica*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.